



Brasília, 4 de julho de 2023

Exmo Sr. André de Paula
Ministério da Pesca e Aquicultura

Por um Brasil com Desenvolvimento Social, Empregos e Justiça Social

Esse documento reúne um conjunto de diretrizes e propostas do movimento sindical, reunidas nos últimos anos, seja através do balanço das experiências anteriores de políticas no Brasil e exterior, seja através da experiência de trabalhadores(as) têm-se acumulado nas lutas.

Nesse sentido, os trabalhadores entendem que não é possível pensar um **Novo Brasil** com um projeto de desenvolvimento econômico e social que busca a melhoria da qualidade de vida, com redução das desigualdades e distribuição de renda, e que seja economicamente e ambientalmente sustentável nas diferentes regiões do país.

Nossas propostas também resultam da Pauta da Classe Trabalhadora, aprovada pelas centrais sindicais na **Conclat-22** (Conferência da Classe Trabalhadora), realizada em abril de 2022, em São Paulo, aprovada por 9 centrais sindicais.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, aconteceu através de frente ampla e democrática. Foi uma decisão coletiva, histórica e consciente contra a reeleição de um governo fascista, propagador de ódio e violência, inimigo do meio ambiente e alheio às verdadeiras questões sociais, culturais e econômicas do povo brasileiro.

O diálogo voltou. A relevância do Brasil em nível mundial também. Além disso, inúmeras ações estão servindo para recolocar o Brasil nos trilhos da democracia, do desenvolvimento e da inclusão social. Com exemplo: a volta da participação efetiva do Brasil no cenário internacional.

Desta forma, entendemos que o Ministério da Pesca e Aquicultura tem a importante tarefa de fortalecer esta importante atividade econômica. .Desta forma, visando a criação de políticas ativas de geração de trabalho e renda para enfrentar o desemprego, o subemprego, a rotatividade e a informalidade crescentes, com garantia de salário mínimo, previdência social e demais direitos trabalhistas.

Temos muito a contribuir neste processo. Entendemos ser muito importante nossa inclusão, por exemplo, nos no grupo de Trabalho do Ministério da Pesca e Aquicultura e ter uma participação ativa na Secretaria da Pesca Artesanal.

O fortalecimento da Democracia e a participação ampla e popular devem estar sempre presentes. Não podemos, por exemplo, nos calar diante da frustrada tentativa de clara de acabar com Estado de Direito, como nos ataques do dia 8 de janeiro último. Exigimos ação enérgica do governo para garantir a soberania popular, o cumprimento da Constituição e o pleno exercício da democracia. Soberania que através do voto, elegeu o presidente da República e o Congresso Nacional. Expressamos nossa solidariedade aos membros dos três Poderes da República e manifestamos nosso apoio às iniciativas e medidas tomadas pelos governos, seja, no âmbito federal, Estaduais ou municipais.

Ao lutar e conquistar direitos sociais e trabalhistas, o movimento sindical desempenha um papel central na construção da democracia, no desenvolvimento econômico e de políticas públicas fundamentais para o conjunto da sociedade, para promover um futuro de mudanças que transformem o país. Por isso, é importante o fortalecimento das negociações coletivas, a política de valorização do salário mínimo, mais empregos e renda para todos, entre outros.

O desafio é lutar para superar os problemas em que o Brasil encontra-se e que se manifesta em todos os aspectos - econômico, político, social, sanitário, ambiental e cultural. Desempenhando mais uma vez o nosso papel histórico, oferecemos ao debate público com propostas para que o país volte a crescer de forma justa e igualitária.

É um conjunto de propostas para um desenvolvimento social e econômico que supere as desigualdades, gere empregos formais de qualidade, promova crescimento dos salários, proteção social, trabalhista e previdenciária, assegure a sustentabilidade ambiental e fomenta a inovação tanto no campo tecnológico quanto no campo das

ideias, promovendo e respeitando a diversidade nos locais de trabalho e na sociedade em geral.

Defendemos o Trabalho Decente, nos termos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), como princípio de trabalho produtivo e de qualidade, com proteção social, liberdade sindical, equidade, segurança, dignidade, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e do trabalho infantil. Promover o Trabalho Decente é condição fundamental para a superação da pobreza e das desigualdades sociais e para a consolidação da democracia.

Assim, na perspectiva da classe trabalhadora, são fundamentais para a retomada da construção de políticas e programas orientados pelas seguintes propostas:

- 1. Solicitamos a integração de representante da Força Sindical no Grupo de Trabalho do Ministério da Pesca e Aquicultura;**
- 2. Solicitamos, também, a participação efetiva na formulação de uma Secretaria de Pesca Artesanal;**
- 3. À exemplo do *Pronaf* e *Plano Safra*, entendemos que deve haver uma Desburocratização do crédito para o setor, com também o acesso rápido e fácil ao programa subsidiado de óleo Diesel para a Pesca Artesanal;**
- 4. Destaque para a pauta do STF (Supremo Tribunal Federal) a votação da Lei 15.223, que prevê o afastamento da Pesca de Arrasto ao longo de 12 milhas da Costa Gaúcha. Estas milhas são de suma importância para a sobrevivência de centenas de famílias que pescam e dependem deste espaço;**
- 5. Apoio ao Grito da Pesca: evento realizado pela CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura). Este evento é importante para debater questões e a valorização dos pescadores de todo País;**
6. Fortalecer a Democracia, o Estado de Direito e Soberania Nacional;
7. Promover uma política de segurança pública que valorize a vida e proteja toda a sociedade, e fortalecendo a Democracia e os Direitos;
8. Atender às necessidades e demandas mais críticas da sociedade brasileira: a estruturar-se através do desenvolvimento voltado ao atendimento imediato de demandas essenciais da sociedade, como saúde (fortalecimento do complexo Industrial da Saúde), habitação, saneamento, mobilidade, rede e conexão de

internet, difusão de energias renováveis, eletromobilidade, redução de emissões (Cidades Sustentáveis) segurança alimentar, dentre outras demandas;

9. Gerar empregos de qualidade: a retomada da indústria nacional precisa estar casada com a oferta de empregos de qualidade e a repartição dos ganhos derivados do crescimento econômico resultante, ao longo do tempo, com o fortalecimento da negociação coletiva e da liberdade sindical;
10. Sintonia entre política industrial, política macroeconômica e gestão tributária: o processo de retomada deve estar ancorado em um arcabouço macroeconômico e tributário adequado ao desenvolvimento industrial, ao investimento produtivo e à inovação;
11. Revisar os programas de incentivos tributários, preservando as ações estruturantes para a reindustrialização: os gastos tributários orientados para a atividade industrial devem passar por uma revisão orientada pelas diretrizes aqui expostas, levando à supressão dos incentivos incompatíveis com os princípios da retomada;
12. Garantir a soberania nacional com o suporte industrial em áreas estratégicas, com a utilização dos instrumentos de compras públicas e encomendas tecnológicas: estabelecer um posicionamento estratégico em segmentos críticos para a soberania de países de grande população, a exemplo das indústrias de alimentos, fármacos, medicamentos, infraestruturas energéticas, alinhando também uma política de comércio exterior pautada pelos princípios do comércio justo e com a utilização soberana dos recursos naturais, garantindo a ampliação do fluxo de comércio de bens e serviços de origem industrial, proteção aos trabalhadores e trabalhadoras e fortalecendo a integração regional;
13. Reorganizar as cadeias industriais de valor, elevando a participação da indústria nacional e reduzindo a dependência de importações industriais: esse movimento deve ser norteado pelo preenchimento de elos e atividades relevantes para o avanço da indústria brasileira nos estratos de maior complexidade tecnológica, tornando as cadeias produtivas mais amplas, gerando demandas intrasetoriais;
14. O Estado deve centralizar e organizar as políticas de tecnologia, inovação e crescimento destinando recursos em escala suficiente para que efetivos avanços no campo tecnológico, bem como especial atenção ao setor de bens de capital por seu papel central na modernização tecnológica dos demais ramos industriais;
15. Apoiar e estimular o fomento à inovação e modernização tecnológica: a formulação e implementação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) deve ter

como foco o desenvolvimento de tecnologias orientados à solução de problemas relevantes para o desenvolvimento nacional, por meio da articulação de empresas, trabalhadores, instituições, governos e universidades, através da reestruturação do Sistema Nacional de Inovação (SNI);

16. Política industrial alinhada com a transição justa para economia ambientalmente sustentável e preservação ambiental: orientar a retomada do crescimento industrial com os princípios de descarbonização, preservação de recursos e boa utilização das soluções baseadas na natureza, de forma estreitamente alinhada ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, especialmente no que corresponde aos preceitos de indústria e infraestrutura sustentáveis, bem como do crescimento econômico fundamentado no trabalho decente;
17. Fortalecer e ampliar as estruturas de apoio empresarial para a indústria nacional, envolvendo assessoria técnica e tecnológica, apoio para exportadores, prospecção e suporte de novos mercados internacionais. Fortalecer laços de solidariedade e integração cultural, respeitando a diversidade e os direitos dos povos originários;
18. Garantir especial atenção ao fortalecimento das médias, pequenas e microempresas do setor industrial: os diversos instrumentos e suportes ao processo de retomada devem considerar as especificidades e necessidades ligadas à realidade dessas empresas;
19. Estruturar política de financiamento adequada ao desafio de reindustrialização: o processo de retomada deve estar ancorado em instrumentos de crédito e financiamento fortemente orientados para a expansão e a modernização de capacidades produtivas, o que inclui política ativa de garantia de crédito e expansão do mercado de capitais;
20. Ampliar a utilização dos bancos públicos, em especial Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento do Nordeste e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de forma a aumentar a parcela de crédito ao segmento industrial, com taxas de juros compatíveis com as do BNDES, especialmente às médias, pequenas e microempresas industriais;
21. Garantir transparência, participação e controle social na formulação, implementação e monitoramento da política industrial e tecnológica: a política e os programas direcionados à retomada da indústria brasileira envolvem diferentes segmentos, regiões e atores sociais, sendo fundamental a reconstrução de espaços de

discussão e de diálogo social, retratando o desenvolvimento industrial como projeto e desejo da sociedade;

22. Para a implantação do plano de revitalização da indústria, é da maior importância que sejam estabelecidos indicadores e metas correspondentes aos esforços priorizados pelas diretrizes e propostas apresentadas. A elaboração de metas deve contemplar iniciativas de curto, médio e longo prazo, com prazos adequados e previsibilidade de realização, sendo especialmente necessário o estabelecimento de estratégias de curto prazo, frente à estagnação econômica pela qual o país passa;
23. Apoiar o desenvolvimento de produtos sustentáveis em todos os setores, priorizando o bem-estar econômico e social, e a busca pelo pleno emprego e ampliação da renda e do trabalho;
24. Promover para mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência políticas ativas de geração de trabalho e renda que eliminem as desigualdades de acesso, permanência e remuneração no mercado de trabalho;
25. Retomar as obras paradas e os investimentos públicos para garantir a imediata geração de emprego de qualidade, através de planos de obras públicas nas áreas de infraestrutura econômica e social, serviços públicos de educação, saúde, habitação popular, transporte, cultura e lazer;
26. Retomar, no âmbito do governo federal, os Conselhos e as Conferências temáticas, além de ampliar e inovar os mecanismos de controle social sobre as políticas públicas, inclusive econômicas, com a participação dos movimentos sociais e sindical;
27. Promover o princípio do “trabalho igual, salário igual” (Convenção da OIT). Combater a alta rotatividade de trabalho das mulheres, instituindo a licença parental para progenitores ou adotantes de forma compartilhada, além de assegurar creche e escolas públicas de qualidade em tempo integral. Garantir à mãe o período de 180 dias de licença maternidade conforme orientação da OMS (Organização Mundial da Saúde) e ratificar a Convenção 183 da OIT que amplia a proteção à maternidade presente nas convenções anteriores;
28. Regulamentar a Convenção 189 da OIT que trata do trabalho doméstico, ampliando os direitos trabalhistas e previdenciários da Emenda Constitucional 72, que trata dos direitos das domésticas às trabalhadoras diaristas;

29. Regulamentar a Convenção 151 da OIT, que garante o direito à negociação coletiva no setor público, regulamentando data-base para os servidores públicos, medida garantida pelo artigo 37 da Constituição Federal. A falta de regulamentação corrói salários, congela benefícios e precariza condições de trabalho e serviços prestados a população;
30. Favorecer a entrada dos jovens no mercado de trabalho, garantindo ocupações que atendam aos critérios de trabalho decente e que permitam a conciliação entre trabalho, estudo, vida familiar e social, em especial para os setores da juventude que enfrentam maior vulnerabilidade;
31. Garantir o reconhecimento do vínculo de emprego de trabalhos mediados por aplicativos, promovendo o acesso à previdência social, ao controle da jornada de trabalho, à promoção da saúde e segurança, ao pagamento de piso salarial e ao direito à organização sindical;
32. Respeitar e efetivar as demarcações das terras indígenas e quilombolas, assistindo-os em suas necessidades básicas e proibir toda e qualquer atividade mineradora ou de outra ordem que afete o meio ambiente;
33. Combater às desigualdades e questão racial. A inserção de negros e negras no mercado de trabalho sempre foi marcada por dificuldades muito maiores que as encaradas por não negros: desemprego mais alto, ocupações precárias, subutilização e menores rendimentos são parte dos problemas enfrentados por homens e mulheres negros;
34. Instituir políticas públicas de cuidados para os idosos com estrutura assistencial adequada, como as casas de longa permanência, acessibilidade urbana e residencial, entre outras necessidades dessa população. Apoiar e lutar aposentadoria digna para todos;
35. Valorizar as manifestações culturais brasileiras que expressam a diversidade do país, condição fundamental para a autonomia e emancipação dos trabalhadores como sujeitos críticos. A cultura deve ser amplamente incentivada e priorizar artistas populares e periféricos que dialogam diretamente com a população mais carente de vida cultural, de modo a contribuir para a formação de novos agentes culturais;
- 36. Garantir a recuperação e preservação do meio ambiente, com geração de empregos de qualidade, a partir de um plano de transição justa para os empregos e para as comunidades afetadas;**

- 37. Destinar investimentos em fontes de energia limpa, renovável e acessível, garantindo que a população tenha acesso à energia necessária para manter padrões dignos de vida e mobilidade;**
- 38. Investir no desenvolvimento local e regional, respeitando as diversificadas culturas e trabalhando suas potencialidades produtivas, econômicas, sociais e de geração de emprego e qualidade de vida.**

Desse modo, esse documento é uma contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras para a transformação do quadro atual da indústria brasileira. O Brasil é um dos maiores países do planeta e tem um dos principais mercados consumidores do mundo. Somos mais de 203 milhões de brasileiros vivendo em um território rico em recursos naturais e de extraordinária biodiversidade. Nosso desafio atual deve ser tornar o Brasil líder mundial na produção sustentável de bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social para todo o país.

Temos sim muitos desafios: garantir a política permanente de valorização do salário mínimo, promover a industrialização com geração de empregos de qualidade para todos e todas, fazer uma justa distribuição de renda e valorizar os setores produtivos com, por exemplo, a redução dos juros, cuja taxa é a maior do mundo e altamente proibitiva para o crescimento econômico.

Miguel Torres - Presidente da Força Sindical